



SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CÂMARA RECURSAL



RECURSO VOLUNTÁRIO Nº 232/2012

AUTO DE INFRAÇÃO Nº 1514163000734-4

RECORRENTE: PIAUÍ TRATORES COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

RECORRIDA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL

RELATOR: CARLOS AUGUSTO DE ASSUNÇÃO RODRIGUES

Sessão realizada em 24 de setembro de 2013

ACÓRDÃO Nº 151/2013

EMENTA: I. ICMS - OBRIGAÇÃO PRINCIPAL. MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. O VALOR DO IMPOSTO CORRESPONDE À DIFERENÇA ENTRE AS CARGAS TRIBUTÁRIAS EQUIVALENTES A 4,1% NA ORIGEM E 5,6% NO DESTINO, MULTIPLICADO PELO VALOR DA OPERAÇÃO. OMISSÃO COMPROVADA. MULTA DEVIDA.

II. Recurso conhecido e não provido para manter a decisão recorrida e considerar o Auto de Infração procedente.

III. Decisão por unanimidade.

RELATÓRIO

Contra a firma PIAUÍ TRATORES COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, estabelecida na Rodovia Waldemar Bortolozzo – PI 247 km 01, em Uruçuí- PI, inscrita no CAGEP sob o nº 19.451.164-2 e CNPJ nº 05.498.995/0001-86, a Fiscalização Estadual lavrou Auto de Infração contendo a seguinte descrição: O contribuinte acima identificado recolheu em parte o ICMS – Antecipação Parcial sobre as entradas de máquinas e implementos agrícolas para comercialização no Estado do Piauí. O valor do imposto corresponde a diferença entre as cargas tributárias equivalentes a 4,1% na origem e 5.6% no destino, multiplicado pelo valor da operação. Esse fato ficou comprovado por meio da análise de



SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTES
PRIMEIRA CÂMARA RECURSAL



documentos fiscais, cujos demonstrativos seguem anexos. A irregularidade é passível da exigência fiscal abaixo discriminada.

Pelo Auto de Infração de nº 1514163000734-4, datado de 17/11/2011, a firma foi declarada devedora da quantia de R\$ 207.663,76, valor este já devidamente acrescido dos devidos acúmulos legais.

A autuada foi apontada como tendo infringido os seguintes dispositivos legais: Arts. 1º, caput, com redação dada pelo art. 1º da Lei nº 4.892/96; 38, § 4º; com redação dada pelo art. 8º da Lei nº 4.455/91, da Lei nº 4.257/89, c/c Cláusula segunda, inciso I, alínea “a” e inciso II do Convênio ICMS nº 51/91, c/c art. 44, inciso II, alínea “a”, 107, § 2º; 1.588, § 4º, inciso XXII do Decreto 13.500/08

A penalidade aplicada foi a capitulada nos artigo 78, inciso II, “b” da Lei 4.257/89.

Houve impugnação, mas foi julgada procedente o Auto de Infração lavrado.

Inconformada, a autuada recorre a este Conselho de Contribuintes, alegando que:

- O Auditor não considerou os valores pagos pela defendente ao longo de 2010, constantes do Relatório de Pagamento Efetuados, emitido pela SEFAZ/PI, ora acostados aos autos, onde comprova que o autor do procedimento fiscal e autoridade julgadora de primeira instância não levaram em consideração a totalidade dos recolhimentos de antecipação parcial efetuados em cada mês do ano calendário de 2010;

- Que não há possibilidade de exigir crédito tributário da requerente com os fundamentos apontados pelo autor do procedimento fiscal e mantidos pela autoridade julgadora de 1ª instância, devendo o mesmo ser revisto para adequar a verdade material dos fatos;

- Por fim, requer a improcedência do Auto de Infração, tornando nulo o lançamento e cobrança do referido auto.

A Procuradoria Tributária, por seu representante, se manifestou no sentido de que o recurso seja conhecido, porém improvido.

É o Relatório.



SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA RECURSAL



VOTO DO RELATOR

A autuação sob comento diz respeito à falta de recolhimento, na primeira unidade fazendária de fronteira do Estado do Piauí, de ICMS a título de antecipação parcial, incidente sobre as operações interestaduais de entrada de mercadorias.

O autuante instruiu o processo com o "Demonstrativo das Notas Fiscais de Compra com e/ou sem o Recolhimento do ICMS Antecipado Parcial (Convênio ICMS 52/91"; Relatório de Pagamentos Realizados; cópias das notas fiscais que embasaram o levantamento fiscal e a ordem de serviço de fiscalização.

A exação fiscal encontra respaldo legal, sobretudo, nos arts. 766 a 768 do Decreto nº 13.500/08, que se dão transcritos:

"Art. 766. Será exigida a antecipação parcial do ICMS quando da entrada de mercadorias destinadas à comercialização, em estabelecimentos inscritos no Cadastro de Contribuintes do Estado do Piauí - CAGEP, excluídos os cadastrados como Contribuintes Substituídos.

§ 1º O ICMS devido na forma deste artigo corresponderá ao valor resultante da aplicação do percentual equivalente à diferença entre a alíquota interna, vigente neste Estado, e a interestadual, vigente na Unidade da Federação de origem da mercadoria, sobre a base de cálculo de que trata o art. 767, sem dedução de quaisquer créditos fiscais.

(...)

Art. 767. A base de cálculo, para fins de cobrança do imposto de que trata o art. 766, é o valor da operação e da prestação praticado pelo remetente da mercadoria.

(...)

Art. 768. O ICMS parcialmente antecipado a que se refere o art. 766 será pago na primeira unidade fazendária por onde circularem as mercadorias, neste Estado, observado o disposto no art. 771, em



SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA RECURSAL



Documento de Arrecadação Estadual - DAR, no qual deverá constar, nos campos:

(omissis)

Parágrafo único. Caso não tenha sido efetuado o pagamento do imposto na forma do caput, deverá este ser efetivado pelo destinatário, até 03 (três) dias, contados da data da entrada da mercadoria neste Estado, ou da saída do estabelecimento do remetente, caso a Nota Fiscal não contenha aquela indicação, pelo valor nominal e sem acréscimos moratórios."

No que tange especificamente ao tratamento tributário dispensado a máquinas e implementos agrícolas, o Convênio ICMS 52/91, em seu Cláusula Segunda, inciso I, alínea "a" e inciso II, determina o seguinte:

"Cláusula segunda - Fica reduzida a base de cálculo do ICMS nas operações com máquinas e implementos agrícolas arrolados no Anexo II deste Convênio, de forma que a carga tributária seja equivalente aos percentuais a seguir:

I - nas operações interestaduais:

a) nas operações de saída dos Estados das Regiões Sul e Sudeste, exclusive Espírito Santo, com destino aos Estados das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste ou ao Estado do Espírito Santo, 4,1% (quatro inteiros e um décimo por cento):

(omissis).

II - nas operações interestaduais com consumidor ou usuário final, não contribuintes do ICMS, e nas operações internas, 5,60% (cinco inteiros e sessenta centésimos por cento)."

Complementando o disposto acima, o art. 1.588, § 4º, inciso XXII, do mesmo diploma legal, estatui como caracterizadora de infração a falta de recolhimento do imposto na forma e no prazo previsto na legislação.



SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA RECURSAL



No caso concreto, em observância ao que determina o Convênio ICMS 52/91, a forma de obtenção do valor de imposto devido, consoante o disposto acima, foi a seguinte: sobre o valor da base de cálculo dos produtos, aplicou-se o percentual de 1,50 % (um e meio por cento), equivalente à diferença entre a carga tributária na origem (4,10%) e a carga tributária no destino (5,60%).

Não merece prosperar o argumento apresentado de que a fiscalização deixou de buscar a verdade material ou mesmo demonstrar ou provar a ocorrência da infração descrita no lançamento tributário.

Com efeito, o lançamento segue o princípio documental. Sua forma dependerá do regime de lançamento do tributo e das circunstâncias nas quais é apurado o tributo. No caso em questão, a autoridade fiscal, após o cálculo do imposto devido na forma acima explicitada, identificou os pagamentos efetivamente correlacionado com os documentos fiscais objeto do levantamento fiscal, excluindo-os do lançamento tributário, consoante Coluna 'ICMS RECOLHIDO', do Levantamento Fiscal anexo ao Auto de Infração (fls. 04/10), a exemplo das Notas Fiscais n^os 2405; 32751; 32755, e inúmeras outras que tiveram seus respectivos recolhimentos considerados. Quanto aos demais documentos fiscais, não foi identificado nenhum recolhimento dos mesmos, consoante análise do Relatório de Arrecadação por DAR (fls.11/21), razão pela qual foi cobrada a diferença de alíquota correspondente ao restante das Notas Fiscais elencadas.

Demais disso, ainda a título de exemplificação, tomemos a Nota Fiscal n^o 32752, datada de 11-01-2010, que originou diferença de imposto a recolher no valor de R\$ 1.147,50 (um mil cento e quarenta e sete reais e cinquenta centavos), cuja análise do Relatório de Pagamentos à Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, não consta qualquer recolhimento de imposto referente à respectiva nota.

Lado outro, por consequência, caberia à recorrente apresentar, por ocasião do presente recurso, a documentação que comprovasse cabalmente que foram efetuados os recolhimentos das aludidas Notas Fiscais, conforme afirma. No entanto, nenhum documento comprobatório de arrecadação foi acostado ao recurso apresentado.

Com efeito, a autoridade fiscal, no exercício de sua competência legal, poderá descobrir fatos que indiciem ou demonstrem meras irregularidades ou até mesmo fraudes. Assim, em contrapartida, cabe ao contribuinte demonstrar a exatidão dos seus registros e desmerecer os fatos apurados pela fiscalização. Nada é mais do que um confronto de



SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA RECURSAL



documentos. Portanto, não se trata de mera suspeita ou mesmo de um indício de falta de recolhimento do imposto, como parece crer a recorrente, mas de fatos cabalmente comprovados pela fiscalização, os quais não foram ilididos pela Impugnante com espede em documentos hábeis e convincentes. Nesse sentido, meros protestos ou argumentos desprovidos de comprovação fática não são suficientes para desestabilizar o ato fiscal impositivo. *In casu*, no mais, a recorrente limitou-se apenas a levantar suposições que poderiam ensejar a inconsistências do relatório fiscal elaborado sem, no entanto, demonstrar, de forma objetiva, onde se encontrariam tais inconsistências, aproveitando a oportunidade para acostar todo o material probatório de suas alegações, o que, efetivamente, não o fez a contento.

Ademais, a função da autoridade fiscal, no lançamento tributário, é a de exigir o pagamento do tributo após fazer sua liquidação (auto de infração), com base em sua própria valoração jurídica dos atos praticados pelo contribuinte, queira este colaborar ou não. Sendo assim, é dever legal da autoridade fiscal investigar unilateralmente para descobrir a existência da dívida tributária, quantificá-la e exigí-la, o que confirma o caráter inquisitorial de sua atuação.

Nesse sentido, colaciono importante doutrina do prof. Seixas Filho:

"Os procedimentos praticados pela autoridade fiscal anteriores à lavratura do lançamento tributário terão ou não relevância jurídica para sua validade conforme existir previsão normativa para isso, já que, por definição, o ato administrativo resulta de manifestação unilateral da vontade da autoridade administrativa, formada inquisitorialmente." (SEIXAS FILHO, Aurélio Pitanga: Aplicação da Lei Tributária, Belo Horizonte: Editora Fórum, 2011. p. 143)

Dessarte, o requerimento de nulidade do ato de lançamento, por vício de natureza formal, proposto pela recorrente, não há como prosperar, dada a observância, pela autoridade fiscal, ao que determina o art. 142 do Código Tributário Nacional no que tange a constituição do crédito tributário sob comento.

Lado outro, no tocante à tese de cerceamento do direito de defesa apresentada, sob o argumento de que a autoridade fiscal reteve os documentos de arrecadação da defendente, esta



SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA RECURSAL



não há como prosperar, consoante Informação Fiscal prestada, cópia anexa à presente Decisão, da qual transcrevo excertos:

"Não há que se falar em cerceamento do direito de defesa por parte do contribuinte, já que todos os elementos comprobatórios foram juntados ao presente Feito Fiscal, tais como: Planilha (Levantamento de Notas Fiscais de Entradas Com e/ou Sem o Recolhimento do ICMS Antecipado Parcial; Cópias das Notas Fiscais Manuais e Eletrônicas e o Relatório de Arrecadação, às fls.108/112). Ora, as cópias das notas fiscais eletrônicas foram extraídas do SIAT e são documentos idôneos para todos os efeitos legais. O contribuinte em nenhum momento trouxe aos autos do processo, o comprovatório do recolhimento correspondente a 1,5% (um e meio por cento) sobre a aquisição de máquinas e implementos agrícolas oriundos dos Estados do Sudeste, exceto Espírito Santo, do que foi cobrado no mencionado Auto de Infração. Ressaltando, ainda, que a devolução dos documentos ocorreu em 03/02/2012, conforme assinatura do Sr. Adriano Andrade, funcionário da COMAX CONTABILIDADE, de propriedade do Sr. José Corsino Castelo Branco, seu procurador perante o fisco estadual. O ato ocorreu após a lavratura do Termo de Encerramento de Fiscalização. Por conseguinte, são irrelevantes os argumentos da autuada(....)."

Também carece de sentido prático na atual fase processual - quando os autos apresentam-se conclusos para julgamento - o requerimento que pleiteia juntada posterior de provas, vez que o momento oportuno tendente a afastar a exação imposta é na atual fase processual.

Portanto, diante da falta de provas de que a infração não ocorreu, e consentâneo com o princípio da legalidade, há que prevalecer os fundamentos da autuação, não merecendo a ação fiscal qualquer reparo.

Frente ao exposto, nenhuma razão assiste à recorrente, de modo que se impõe o desprovimento de seu recurso, com a consequente manutenção da decisão recorrida que considerou procedente a acusação fiscal.

É o Voto.



SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA RECURSAL



VOTO DO CONSELHEIRO RAIMUNDO NETO DE CARVALHO

RELATO DOS FATOS:

Qualifica-se como recorrente, nos autos, a empresa PIAUÍ TRATORES COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, com endereço na Rodovia Waldemar Bortolozzo, PI 247, Km 01, no município de Uruçuí, CNPJ nº 05.498.995/0001-86, inscrita na SEFAZ/PI sob o nº 19.451.164-2, que responde pelo auto de infração nº 1514163000734-4, reportando-se a fatos ocorridos no exercício de 2010, julgado integralmente procedente, pela autoridade julgadora de Primeira Instância;

Declara o autuante, na peça inicial, que o contribuinte recolheu em parte o ICMS – Antecipado parcial devido sobre as entradas de máquinas e implementos agrícolas para comercialização no Estado do Piauí. O valor do imposto corresponde a diferença entre as cargas tributárias equivalentes a 4,1% na origem e 5,6% no destino, multiplicado pelo valor da operação, teve seu respectivo ICMS recolhido de forma insuficiente. Este fato ficou comprovado por meio da análise de documentos fiscais, cujos demonstrativos seguem anexos;

Os fundamentos da exação são emergentes dos seguintes dispositivos legais: Arts. 1º, caput, com redação do art. 1º da Lei nº 4.892/96; 38, § 4º, com redação do art. 8º da Lei nº 4.455/91, ambos da Lei nº 4.257/89, c/c Cláusula Segunda, inciso I, alínea “a”, e inciso II do Convênio ICMS nº 51/91 c/c arts. 44, inciso II, alínea “a”; 107, § 2º; 1.588, § 4º, inciso XXII do Decreto nº 13.500/08;

O valor nominal da exigência fiscal foi fixado em R\$ 119.281,96 (cento e dezenove mil duzentos e oitenta e um reais e noventa e seis centavos), a título de ICMS pela referência monetária de 2010, sujeito aos acréscimos estabelecidos em lei;

Tem previsão no art. 78, inciso II, alínea “b” da Lei nº 4.257/89, com redação do art. 1º da Lei nº 4.892/96, a penalidade pecuniária impondo multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do imposto;

DA IMPUGNAÇÃO DO LANÇAMENTO PERANTE A PRIMEIRA INSTÂNCIA:

São alegações do contribuinte inseridas da peça de impugnação:

O processo administrativo tributário visa a destacar o respeito aos princípios e garantias processuais constitucionalmente albergados no regime constitucional pátrio, onde se assegura aos litigantes, seja em processo administrativo ou judicial, o direito ao contraditório em todas as suas fases e à ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;



SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA RECURSAL



Desta forma o processo administrativo tributário, procura apurar atos, esclarecer fatos e produzir uma decisão na defesa do interesse público, podendo culminar com a modificação total ou parcial do ato praticado pelo fisco, bem como com a aplicação de penalidades a qualquer pessoa sujeita à sua incidência, nos termos do que dispuser a legislação tributária;

Nesta busca, há de ser utilizado o princípio da Verdade Real, de maneira que no processo administrativo afasta-se a possibilidade de se chegar às chamadas verdades meramente processuais, limitadas aos argumentos trazidos aos autos pelos interessados. A questão está em saber se os métodos probatórios indiciários, aí aonde são autorizados a intervir, são, em si mesmos, compatíveis com o princípio da verdade material;

Nos casos em que não existe, ou é deficiente a prova direta, a Administração fiscal deve também investigar livremente a verdade material. É certo que ela não dispõe, agora, de uma base probatória fornecida diretamente pelo contribuinte ou por terceiros, e por isso deverá recorrer a todos os elementos à sua convicção;

Entretanto, variadas práticas adotadas pela Administração fazendária conspiram contra a busca da Verdade Real. Presunções tributárias, ficções legais, pautas fiscais, arbitramentos tributários e outros expedientes semelhantes, quando utilizados desnecessariamente, operando como autênticos “atalhos” ao dever de investigação, afastam o primado da verdade material e, muitas vezes, sequer satisfazem à verdade formal;

Em que pese o respeito tributado ao ilustre Auditor responsável pelo Auto de Infração, o referido Auto não merece prosperar em razão do Auditor Fiscal não considerar os valores pagos pela defendente como diferença de alíquotas, conforme Novo Levantamento de Notas Fiscais de Entradas onde apresentamos os pagamentos não considerados (Anexo II);

O Auditor Fiscal também não considerou outros Pagamentos realizados pela defendente ao longo de 2010 constantes no Relatório de Pagamentos Realizados correspondente ao período de 01/01/2010 a 31/12/2010 emitido pela própria Secretaria de Fazenda (Cópia Anexa – Anexo III);

Da mesma forma, não foram considerados outros pagamentos de diferenças de alíquotas realizados pela empresa defendente no período da autuação cujos documentos originais encontram-se em poder do Auditor Fiscal, como prova o Protocolo de Entrega de Documentos (Cópia Anexo – Anexo IV). Tais documentos ainda não foram devolvidos pela fiscalização, o que dificulta por parte da empresa a comprovação dos mesmos, gerando assim o Cerceamento de Defesa à defendente;



SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA RECURSAL



Depreende o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, inciso LV, que em processos judiciais ou administrativos, a todos são garantidos o real exercício dos direitos ao contraditório e a ampla defesa, com todos os meios e recursos a ela inerentes;

Todavia, a defendente, ao ter seus documentos originais que comprovam os pagamentos de diferenças de alíquotas no período fiscalizado retidos pelo Auditor Fiscal não dar oportunidade do sujeito passivo de se defender, impossibilitado assim de realizar sua plena impugnação ao Auto de Infração em questão;

É pacífico na doutrina e na jurisprudência que quando o lançamento é feito de ofício tem-se o dever de assegurar ao sujeito passivo da obrigação tributária o direito ao contraditório e a ampla defesa, através da criação de um processo administrativo no qual seja garantido sua regular notificação para se defender;

Diante das considerações tecidas acima, ficou demonstrada o vício formal do Auto de Infração o que determina a nulidade do Auto e de todo o processo dele decorrente;

No exame da matéria fática a impugnante teve oportunidade de demonstrar a insubsistência do Auto de Infração;

Em face do exposto requer seja dado provimento a presente impugnação, tendo em vista a que os fatos discriminados no Auto de Infração, não condizem com a realidade;

Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, notadamente pela posterior juntada de documentos que se fizerem necessários;

Desta forma, nos termos acima descritos, deve ser declarado nulo o presente Auto de Infração ora impugnado pelas razões de direito apresentadas por se tratar da mais lúdima e salutar JUSTIÇA.

DA REVISÃO DO LANÇAMENTO PELO AUTOR DO FEITO:

Por iniciativa do julgador monocrático (fls. 117) o agente atuante foi chamado a se manifestar sobre as vertentes de defesa inseridas na peça impugnatória, quando prestou os esclarecimentos de fls. 124, nos seguintes termos:

Não há o que se falar em cerceamento do direito de defesa por parte do contribuinte, já que todos os elementos comprobatórios foram juntados ao presente Feito Fiscal, tais como: Planilha (Levantamento de Notas Fiscais de Entradas Com e/ou Sem o Recolhimento do ICMS Antecipado Parcial; Cópias das Notas Fiscais Eletrônicas e o Relatório de Arrecadação; Cópia do Protocolo de Entrega de Documentos (DAR) às fls. 108/112; Ora, as cópias das



SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUENTES
PRIMEIRA CÂMARA RECURSAL



notas fiscais foram extraídas do SIAT e são documentos idôneos para todos efeitos legais, assim também é o protocolo da entrega de documentos de arrecadação, por parte da empresa, ao escritório de contabilidade;

O contribuinte em nenhum momento trouxe aos autos do processo, o comprovatório do recolhimento correspondente a 1,5% (um e meio por cento) sobre a aquisição de máquinas e implementos agrícolas, oriundos dos Estados do Sudeste, exceto Espírito Santo, do que foi cobrado no mencionado Auto de Infração;

Ressaltando, ainda, que a devolução dos documentos ocorreu em 03/02/2012, conforme assinatura do Sr. Adriano Andrade, funcionário da COMAX CONTABILIDADE, de propriedade do Sr. José Corsino Castelo Branco, seu procurador perante o fisco estadual. O ato ocorreu após a lavratura do Termo de Encerramento de Fiscalização. Por conseguinte, são irrelevantes os argumentos da autuada;

Concluindo, estando suficientemente comprovado nos elementos comprobatórios já citados no auto de infração que o contribuinte recolheu e/ou deixou de recolher o ICMS incidente sobre aquisição de máquinas agrícolas, requer-se a manutenção integral do Feito.

DO TRÂNSITO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA:

Reportando-se ao teor da peça de defesa, decidiu a autoridade julgadora de primeira instância pela procedência do auto de infração, conforme consta da Decisão nº 257/2012, mediante os seguintes fundamentos:

A autuação sob comento diz respeito à falta de recolhimento, na primeira unidade fazendária de fronteira do Estado do Piauí, de ICMS a título de antecipação parcial, incidente sobre as operações interestaduais de entrada de mercadorias (máquinas e implementos agrícolas);

O autuante instruiu o processo com “Levantamento de Notas Fiscais de Entradas (DANFE) com e/ou sem Recolhimento do ICMS Antecipado Parcial (Convênio ICMS 52/91)”; Relatório de Pagamentos Realizados; cópias das notas fiscais que embasaram o levantamento fiscal (NF-e) e Ordem de Serviço de fiscalização;

A exação fiscal encontra respaldo legal, sobretudo, nos arts. 766 e 768, do Decreto nº 13.500/08;

No caso concreto, em observância ao que determina o Convênio ICMS 52/91, a forma de obtenção do valor de imposto devido, consoante o disposto acima, foi a seguinte: sobre o valor da base de cálculo dos produtos, aplicou-se o percentual de 1,50% (um e meio por



SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES
PRIMEIRA CÂMARA RECURSAL



cento), equivalente à diferença entre a carga tributária na origem (4,10%) e a carga tributária no destino 5,60%;

Carece de qualquer sentido o argumento apresentado de que a fiscalização deixou de buscar a verdade material ou mesmo demonstrar ou provar a ocorrência da infração descrita no lançamento tributário;

No caso sob comento, a autoridade fiscal, após o cálculo do imposto devido na forma acima explicitada, identificou os pagamentos efetivamente correlacionados com os documentos fiscais objeto do levantamento fiscal, excluindo-os do lançamento tributário, consoante Coluna 'ICMS RECOLHIDO' do Levantamento Fiscal anexo ao Auto de Infração (fls. 04/10), a exemplo das Notas Fiscais nº 2405, 32751, 32755, e inúmeras outras que tiveram seus respectivos recolhimentos considerados. Quanto aos demais documentos fiscais, não foi identificado nenhum recolhimento dos mesmos, consoante análise do Relatório de Arrecadação por DAR (fls. 11/21), razão pela qual foi cobrada a diferença de alíquota correspondente ao restante das Notas Fiscais elencadas;

Demais disso, ainda a título de exemplificação, tomemos a Nota Fiscal nº 32752, datada de 11/01/2010, que originou diferença de imposto a recolher no valor de R\$ 1.147,50 (um mil cento e quarenta e sete reais e cinquenta centavos), cuja análise do Relatório de Pagamentos à Secretaria da Fazenda do Estado do Piauí, não consta qualquer recolhimento de imposto referente à mesma;

Lado outro, por consequência, caberia à Impugnante apresentar, por ocasião da presente defesa, a documentação que comprovasse cabalmente que foram efetuados os recolhimentos das aludidas Notas Fiscais restantes, conforme afirma. No entanto, nenhum documento comprobatório de arrecadação foi acostado à defesa apresentada;

Dessarte, o requerimento de nulidade do ato de lançamento, por vício de natureza formal, proposto pela defendente, não há como prosperar, dada a observância, pela autoridade fiscal, ao que determina o art. 142 do Código Tributário Nacional no que tange a constituição do crédito tributário sob comento;

Lado outro, no tocante à tese de cerceamento do direito de defesa apresentada, sob o argumento de que a autoridade fiscal reteve os documentos de arrecadação da defendente, esta não há como prosperar, consoante Informação Fiscal prestado, cópia anexa à presente Decisão (fls. 124);



SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA RECURSAL



Também carece de sentido prático na atual fase processual – quando os autos apresentam-se conclusos para julgamento – o requerimento que pleiteia juntada posterior de provas, vez que o momento oportuno tendente a afastar a exação imposta é na atual fase processual;

Portanto, diante da falta de provas de que a infração não ocorreu, e consentâneo com o princípio da legalidade, há que prevalecer os fundamentos da autuação, não merecendo a ação fiscal qualquer reparo;

Em face do exposto, julgo PROCEDENTE o Auto de Infração sob impugnação e determino a intimação do contribuinte para que recolha, aos cofres públicos estaduais, ICMS no valor original de R\$ 119.281,96 (cento e dezenove mil duzentos e oitenta e um reais e noventa e seis centavos), devidamente atualizado, acrescido de multa e juros moratórios.

DO RECURSO VOLUNTÁRIO:

Em oposição à decisão da primeira instância de nº 257/2012, foi interposto o recurso voluntário com o teor que vai sintetizado na sequência:

Por meio da decisão recorrida o Corpo de Julgadores da Secretaria de Fazenda do Estado do Piauí julgou procedente a autuação fiscal, alegando em resumo, que caberia à impugnante apresentar, por ocasião da presente defesa, a documentação comprobatória que foram efetuados os recolhimentos das aludidas notas fiscais a fim de elidir o presente lançamento tributário;

Ocorre que, pela simples leitura do lançamento em questão, constata-se que não estão presentes os referidos elementos e pressupostos indispensáveis para sua validade o que importa sua nulidade de pleno direito, por força da patente usurpação das prerrogativas da administração em detrimento dos direitos dos administrados, a que se deveria evitar da forma como adverte o citado autor;

No caso em comento, o autor do procedimento fiscal indica na descrição dos fatos e enquadramento legal que a recorrente deixou de recolher ICMS devido relativo à antecipação parcial, quando da entrada, em seu estabelecimento, de mercadorias destinadas à comercialização, fato que ficou constatado por meio da análise dos documentos fiscais e dos registros efetuados nos livros próprios, cujo demonstrativo e documentação estão acostados nos autos, argumentos que foram mantidos pela autoridade julgadora de primeira instância;

A afirmação não corresponde à realidade dos fatos, tendo em vista que no mapa roteiro levantamento do ICMS antecipação parcial devido não foi deduzido à totalidade dos recolhimentos de antecipação parcial efetuados em cada mês do ano calendário de 2010,



SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA RECURSAL



conforme comprova relatório de pagamentos efetuados emitidos pela SEFAZ ora acostado aos autos, onde comprova que o autor do procedimento fiscal e autoridade julgadora de primeira instância não levaram em consideração a totalidade dos recolhimentos de antecipação parcial efetuados em cada mês do ano calendário de 2010;

Logo, Senhor Julgador de segunda instância, não há possibilidade de exigir crédito tributário da requerente com os fundamentos apontados pelo autor do procedimento fiscal e mantidos pela autoridade julgadora de 1ª instância, devendo o mesmo ser revisto para adequar a verdade material dos fatos, levando em consideração a totalidade dos recolhimentos de antecipação parcial efetuados pela requerente em cada mês do ano calendário de 2010, conforme apontado no relatório de pagamentos realizados anexados nos autos, obtido junto a Secretaria de Fazenda do Estado do Piauí;

Ora, o levantamento constante do mapa roteiro levantamento do ICMS antecipação parcial efetuada pelo autor do procedimento fiscal, entendimento mantido pelo julgador de primeira instância, onde aponta uma diferença de ICMS antecipação parcial a recolher no valor de R\$ 119.281,96 (cento e dezenove mil duzentos e oitenta e um reais e noventa e seis centavos) não pode servir de base para exigência do ICMS a recolher, uma vez que existe inconsistência técnica no seu levantamento, uma vez que não considerou todos os recolhimentos de antecipação parcial efetuados, conforme comprova a documentação acostada nos autos;

Diante de tudo o exposto, requer a este Egrégio Conselho que (i) determine a conversão do julgamento em diligência para comprovação de todo o alegado, especialmente quanto a confirmação dos pagamentos das antecipações de ICMS no ano-calendário de 2010; (ii) caso entenda desnecessária tal medida em vistas dos documentos já acostados aos autos, requer a Recorrente, conforme os argumentos acima lançados, seja considerado totalmente procedente o presente recurso, cancelando a autuação correlata.

DA PROCURADORIA TRIBUTÁRIA:

Como resultado do exame das vertentes defensórias, lavrou a Procuradoria Tributária o Parecer Jurídico de nº 07/2013, opinando pelo conhecimento e pelo não provimento do recurso apresentado, para manter a decisão de primeira instância.

DA ANÁLISE TÉCNICA DOS AUTOS:

DA PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA

O Contencioso Administrativo de Segunda Instância não pode ficar silente quanto à preliminar de nulidade levantada pelo contribuinte perante a Primeira Instância, sob pretenso



SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA RECURSAL



CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA, com fulcro na RETENÇÃO DE DOCUMENTOS da empresa, pelo agente autuante, dificultando a interpretação dos fatos tributários;

Em revisão do feito, por convocação do julgador monocrático, manifestou-se o auditor fiscal (fls. 124) esclarecendo a improcedência da tese alegada, quando informa que toda a documentação foi entregue no dia 03/02/2012 ao Sr. Adriano Andrade, funcionário da COMAX CONTABILIDADE, de propriedade do Sr. José Corsino Castelo Branco, que assina como patrocinador da causa no presente Recurso Voluntário, na condição de advogado da recorrente, ensejando, por isso mesmo, a qualificação de “litigância de má-fé”;

Ademais, declara o defensor expressamente, na peça de impugnação, que teve acesso ao conteúdo meritório do processo, quando arremata: no exame da matéria fática a impugnante teve oportunidade de demonstrar a insubsistência do Auto de Infração.

Assim, quem teve a oportunidade de “demonstrar a insubsistência do Auto de Infração” não pode alegar cerceamento do direito de defesa, simplesmente por representar um inconcebível contra-senso.

DO MÉRITO:

A motivação do lançamento tributário envolve a falta de recolhimento do ICMS, pela via da ANTECIPAÇÃO PARCIAL, que deveria ter ocorrido conforme disposições legais descritas no auto de infração como fundamento da exação;

Trata-se de questões pontuais que o Fisco identifica pela individualidade de cada nota fiscal de aquisição de mercadorias em operações interestaduais, revelando-se a materialidade do fato imponible pela prova documental concreta (existência da nota fiscal de compra) e ausência do respectivo comprovante de recolhimento do imposto;

A relação de notas fiscais autuadas constitui peça de instrução do lançamento tributário e foi citada em várias oportunidades pela defendente;

Esta peça é, de forma cristalina, a VERDADE REAL perseguida com notável tenacidade pela Recorrente. Se não o for, que diga o contribuinte exatamente a que verdade se refere e como ela se manifesta no contexto tributário que ora se discute;

Em se tratando de exigência tributária relacionada diretamente com cada nota fiscal de compra, suscetível de contestação exclusivamente mediante os respectivos comprovantes de recolhimento do imposto, aqui não se acomoda o instituto da PRESUNÇÃO, porque nenhum



SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA RECURSAL



fato é presumido pelo Fisco, sendo todos eles suficientemente comprovados por documentos hábeis;

Apesar da evidência dos fatos, alega o contribuinte que o autor do feito e o julgador monocrático não consideraram os recolhimentos efetuados mês a mês, pelo contribuinte;

São prolixas as peças de defesa inseridas nos autos, tanto pela repetitividade das mesmas frases e palavras vagas, como pela impertinência ao tema discutido, gerando um trabalho inútil de leitura para o Relator, que perde tempo com aspectos desvinculados da realidade processual;

Por outro lado, o grandioso estoque de doutrina e jurisprudência não tem o condão de substituir os **COMPROVANTES DE RECOLHIMENTO DO ICMS** cuja falta motivou a lavratura do auto de infração;

Não existe manifestação doutrinária ou jurisprudencial que ofereça alternativa de prova para recolhimento do tributo sem passar pelos documentos específicos que a norma tributária instituiu para tal fim;

A autoridade julgadora de primeira instância compulsou os autos e neles não encontrou os reclamados comprovantes de recolhimento do ICMS, decidindo, então, pela procedência do auto de infração;

Por sua vez, não encontrando substância nos argumentos defensórios, opinou a Procuradoria Tributária pelo acolhimento da decisão recorrida, no sentido de manter o auto de infração;

Os frágeis argumentos de defesa, insubsistentes que são e desprovidos do necessário suporte documental, subestimam a inteligência dos julgadores administrativos, ao tempo em que denotam sistemático menosprezo ao trabalho do FISCO com a reiterada afirmação de que o resultado da ação fiscal não corresponde à verdade dos fatos, no tocante à **FALTA DE PAGAMENTO DO ICMS DEVIDO POR ANTECIPAÇÃO PARCIAL**;

A desfeita ao trabalho de auditoria fiscal veio aos autos sem que o contribuinte enfrentasse o lançamento tributário com documentos hábeis que comprovem o recolhimento do ICMS em relação a cada nota fiscal de entrada autuada pelo Fisco, ficando apenas no discurso a afirmação de que “não houve a mencionada diferença”;

Poder-se-ia dizer, em analogia com o processo forense, que estaria configurada a litigância de má-fé, na medida em que a recorrente pretende induzir os julgadores



SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUENTES
PRIMEIRA CÂMARA RECURSAL



administrativos a erro, com argumentos falsos impossíveis de serem supridos com provas documentais;

A verdade é que o autuante cumpriu o seu dever funcional, lavrando o auto de infração diante da constatação de que as notas fiscais de compra não tiveram a antecipação parcial recolhida aos cofres públicos, estando a ação fiscal em conformidade com o art. 142 e parágrafo único do Código Tributário Nacional;

No exercício do contraditório e da ampla defesa conta o contribuinte com expressiva oportunidade para comprovar possível inconsistência no lançamento tributário. Não se desincumbindo do ônus da prova, cabe ao sujeito passivo assumir resignadamente a obrigação tributária, sem tentar macular o trabalho do Fisco com mesquinhos argumentos de defesa;

Forçoso concluir, no caso em comento, que se trata de recurso voluntário de natureza protelatória, desprovido da substância técnica que lhe seria emprestada por documentos fidedignos comprobatórios dos recolhimentos relativos às notas fiscais autuadas pelo Fisco;

O teor do Recurso Voluntário deixa claro que o contribuinte não está em busca de justiça fiscal, mas tão-somente pretende eximir-se, a qualquer custo, da responsabilidade sobre as parcelas autuadas;

Quanto ao pedido de diligência, vê-se que a Recorrente pretende transferir à Fazenda Pública o ônus de gerar para o contribuinte as provas que ele mesmo não foi capaz de produzi-las.

VOTO:

Considerando os fundamentos da análise técnica aqui oferecida e, em especial, o fato de que as provas exigidas pelo Fisco, no caso os comprovantes de recolhimento de antecipação parcial, por nota fiscal, não foram carreadas aos autos na condição de anexo ao recurso voluntário,

Considerando que o Fisco agiu em conformidade com a legislação tributária do Estado do Piauí e com o art. 142 e Parágrafo Único do Código Tributário Nacional,

Considerando a declaração da autoridade de primeira instância de que não houve a cobrança em duplicidade, porque as notas fiscais que tiveram o ICMS recolhido foram devidamente segregadas pelo autor do feito, conforme provam os documentos autuados;

Considerando que o teor da decisão recorrida guarda perfeita relação com a consistência do lançamento tributário, VOTO PELA RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DE PRIMEIRA



SECRETARIA DA FAZENDA
CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA RECURSAL



INSTÂNCIA, confirmando a legalidade do lançamento tributário e os efeitos que lhe são inerentes.

Por fim, declaro definitiva a decisão desta Câmara nos termos do art. 56 do Regulamento deste Conselho de Contribuintes, aprovado pelo Decreto nº 2.745-A, de 17/10/1977.

DECISÃO

A Primeira Câmara Recursal do Conselho de Contribuintes decidiu, por unanimidade, pelo conhecimento e não provimento do recurso voluntário, para manter a decisão de Primeira Instância e considerar procedente o auto de infração. Participaram do julgamento os Conselheiros Raimundo Neto de Carvalho, presidente, Savina Amália Marinho Magalhães, representantes do Fisco, Carlos Augusto de Assunção Rodrigues, Olívio Joaquim Fonseca Filho, representantes dos contribuintes, e o Procurador do Estado Celso Barros Coelho Neto.

Publique-se. Registre-se e Comunique-se.

Sala de Sessões do Conselho de Contribuintes do Estado do Piauí, em Teresina (PI),
24 de setembro de 2013.

Raimundo Neto de Carvalho -Conselheiro-Presidente

Savina Amália Marinho Magalhães -Conselheira

Carlos Augusto de Assunção Rodrigues – Conselheiro-Relator

Olívio Joaquim Fonseca Filho -Conselheiro

Celso Barros Coelho Neto -Procurador do Estado